



VILA FRANCA DO CAMPO EXIGE MAIOR VISIBILIDADE

Na sessão de 23 de fevereiro foram registados dois votos de congratulação aprovados, por unanimidade, um a Eugénio Medeiros, aluno da EBS Armando Côrtes-Rodrigues, que se consagrou Campeão Regional de Corta-Mato Escolar; e outro a Maria Vicente que se sagrou Campeã Nacional no Campeonato Nacional de Atletismo Adaptado em pista coberta. Maria Vicente é utente do Centro De Atividades e Capacitação para a Inclusão - CACI, da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo e integrou a comitiva da equipa de atletismo adaptado do Clube Desportivo Santa Clara, conquistando duas medalhas de ouro na prova de 60 metros e na prova de salto em comprimento no escalão de Síndrome de Down. A participação e o excelente desempenho da Maria Rosário Correia Vicente foram também o resultado do trabalho realizado pelo Ajudante de Reabilitação, Bruno Cabral, que a acompanha semanalmente nos treinos e pela família que apoia a Maria em todos os seus projetos ligados ao desporto. Dois jovens desportistas que orgulham Vila Franca do Campo.

Ainda no período “Antes da Ordem do Dia” foi largamente explanada a temática ligada à visibilidade do nosso concelho através dos órgãos de comunicação social. Especificamente, os deputados lamentaram a falta desta visibilidade, nomeadamente na RTP Açores. A falha não é compreendida pelos vilafranquenses que têm promovido eventos e cartazes diferenciados e que não são transmitidos com a dignidade e paridade que se exige do serviço público. Exemplos são: o cortejo dos Reis Magos, já a caminho do seu 25º ano de realização e o grande Baile de Carnaval no Açor Arena também com mais de dez anos de implementação. No



São João da Vila, aguarda-se o grau de visibilidade que Vila Franca do Campo terá, em direto...

Outra das temáticas em discussão prendeu-se com a avaliação do desempenho dos funcionários da Câmara Municipal nos termos do SIADAP, ou a falta dela, que se justifica, segundo o presidente da Câmara, pela falta, internamente, de pessoal com capacitação diferenciada tendo

o mesmo, por isso, recorrido a empresa externa.

Quanto às obras em execução, constata-se, à semelhança do que acontece um pouco por todo o lado, algumas dificuldades por parte dos empreiteiros resultantes da pandemia e da guerra, assim como alguns imprevistos. Destaque para a obra do Corpo Santo e a ampliação do Parque Industrial. As questões de segurança nas

obras também foram afloradas, especialmente, porque a Câmara não tem ninguém tecnicamente habilitado nesta área muito embora seja sua obrigação assegurá-la e intenção de futuro.

Registe-se a aprovação, por unanimidade, do contrato de arrendamento que prevê a criação de mais um local de estacionamento, um parque com capacidade para 32 carros, nos limitrofes da EBS Armando Cortes-Rodrigues, zona de grande congestionamento viário.

Larga discussão aconteceu no que respeita à primeira revisão orçamental, especialmente à rubrica que havia sido prevista para as obras da Senhora da Paz, aquando da aprovação do orçamento para 2023, e que agora viu-se redistribuída para outros fins. Ficou, assim, a referida rubrica desagregada e remetida para a intenção de candidatura a fundos comunitários.

Quanto à proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, solicitada pela Câmara, a mesma não foi aprovada. A Assembleia, por maioria, decidiu que não abdica daquelas que são as suas competências de acompanhamento e fiscalização, sendo que considerou que a assunção dos compromissos plurianuais se enquadra neste leque de obrigações. Ficou, no entanto, registado que nenhuma obra para ou deixa de ter persecução por conta desta decisão bastando ao presidente da Câmara solicitar uma reunião extraordinária à Assembleia Municipal para que a mesma analise e decida, se for o melhor para Vila Franca do Campo, a sua aprovação e contínua execução.

*A Presidente da Assembleia Municipal
Maria Eugénia Pimentel Leal*

DELIBERAÇÕES:

- Candidatura de adesão do município de Vila Franca do Campo à Associação Portuguesa das Cidades e Vilas de Cerâmica – aprovada, por unanimidade.
- Contrato de arrendamento – Parque de estacionamento – Rua Vila do Porto – aprovado, por unanimidade.
- Prestação de Serviços – Revisor Oficial de Contas – aprovado, por unanimidade.
- Integração do saldo de execução orçamental – aprovado, por maioria.

- Primeira revisão orçamental que inclui as normas orientadoras de execução do orçamento para o ano de 2023 – aprovado, por maioria.
- Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais – não aprovada, por maioria.
- Pedido de designação/recondução de membro da CPCJ – aprovado, por unanimidade

Para mais informações, consulte:

<https://www.cmvfc.pt/municipio/assembleia-municipal>

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Do relatório de atividades relativo ao ano de 2022 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Vila Franca do Campo há alguns pontos que importa lembrar e outros reter.

A intervenção das diferentes entidades que integram o sistema de promoção e proteção processa-se segundo um modelo que contempla três níveis de atuação, sendo que as CPCJ's integram o segundo nível. A sua intervenção tem lugar apenas quando há manifesto consentimento para a mesma por parte dos pais/ prestadores de cuidados e a não oposição por parte do jovem, salvaguardando-se o disposto no artigo 91º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99) para procedimentos de urgência na ausência de consentimento.

A estas comissões compete intervir quando se verifica falência dos recursos das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude na remoção adequada, atempada e suficiente do perigo a que possam estar sujeitos crianças e jovens menores de 18 anos. Partindo deste princípio, que decorre

dos termos da própria Lei, ao nível do volume processual da CPCJ de VFC, verifica-se que, no ano de 2022, deram entrada 106 processos, dos quais 38 transitados de 2021. A intervenção cessou em 55 destes processos, na sua maioria por arquivamento após deliberação em sede própria, atendendo a que a situação de perigo que deu origem à sua abertura já não subsistia. Quanto à caracterização processual, em consonância com o que se tem assistido nos últimos anos, continuam a ser os estabelecimentos de ensino as entidades que mais sinalizações formalizam, seguidas pelas fontes anónimas. Da avaliação efetuada a estas sinalizações, resultam diagnósticos da situação de perigo que, posteriormente, orientam e consertam a intervenção, sendo que continua a ser a Negligência, nas suas múltiplas facetas, a principal problemática sinalizada, sendo transversal à maioria das faixas etárias. Destaca-se aqui a Exposição da Criança e Jovem, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança e/ ou equilíbrio

emocional, nomeadamente a Violência Doméstica, intrinsecamente relacionada com o consumo abusivo de álcool e estupefacientes. A intervenção das comissões tem, então, lugar quando se confirma a situação de perigo sinalizada ou outra posteriormente diagnosticada, consistindo, essencialmente, na aplicação de medidas de promoção e proteção, divididas em dois grandes grupos: Medidas em Meio Natural de Vida e Medidas em Regime de Colocação (Familiar ou Residencial). As CPCJ's priorizam a aplicação de medidas em Meio Natural de Vida, em cumprimento com os princípios da Lei, que dá primazia às relações biológicas e familiares, sempre que exista um mínimo de garantia que as mesmas não são perniciosas para a criança ou jovem, salvaguardando-se assim a satisfação do superior interesse da criança. A aplicação destas medidas é vinculada pela celebração de Acordos de Promoção e Proteção entre todas as partes envolvidas. Em 2022, foram celebrados pela CPCJ deste concelho 42 acordos com medidas de promoção e



SARA BOTELHO
DEPUTADA MUNICIPAL DO PSD

proteção em Meio Natural de Vida com Apoio Junto dos Pais.

No seu âmbito de atuação, as CPCJ's também atuam na promoção dos direitos e da proteção, desenvolvendo para o efeito ações para a comunidade, das quais se particulariza, neste concelho, o sobejamente conhecido "Fórum da Criança e Jovem".

A VALORIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL

A pandemia acionou os sinais de alerta para a saúde mental e deu-lhe uma visibilidade nunca vista. Vários estudos da área apontam para um agravamento da saúde mental da população em geral, 1 em cada 5 portugueses (23% da população) sofre de doenças mentais. De acordo com estes estudos, se nada for feito em Portugal no âmbito da prevenção ou intervenção na saúde mental, estima-se que estes números possam subir para cerca de 50% da população nos próximos anos.

Neste sentido, o executivo da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, demonstrando estar atento às necessidades dos seus concidadãos, continuando a desenvolver uma política de proximidade para com os seus municípios e procurando dar resposta às suas problemáticas, criou uma resposta no âmbito da saúde mental.

Quando falamos de saúde mental, a maioria de nós entende que tem necessariamente a ver com presença ou ausência de psicopatologias. No entanto, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental é um estado de bem-estar e é muito mais que a presença de doenças mentais. Assim, a saúde mental é entendida como um aspeto vin-



PEDRO PACHECO
DEPUTADO MUNICIPAL DO PS

culado ao bem-estar, à qualidade de vida, à capacidade de amar, trabalhar e de se relacionar com os outros. Com esta perspetiva positiva, a OMS convida a pensar na saúde mental muito para além das doenças e das deficiências mentais.

Neste âmbito, a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo assinou um acordo de colaboração com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, e criou um programa denominado "Projeto Comunitário de Saúde Mental" onde englobou diversas atividades realizadas durante o ano de 2022. Será dada continuidade às referidas atividades durante o ano de 2023, englobando todas as gerações (do infantil ao sénior) na perspetiva de promover um maior desenvolvimento individual e comunitário visando uma comunidade potencialmente saudável. Tanto a nível físico como mental. Este projeto, pretende envolver o maior número de vilafranqueses possíveis, independentemente da idade, do género, do estrato social, da raça ou etnia, da orientação religiosa, sexual ou político-partidária, ou desvantagem física ou psíquica. Esta intervenção, tem uma abordagem *bottom-up* (de baixo para cima) e tem como princípio atuar

de acordo com as potencialidades, necessidades e os interesses da população, a fim de promover a qualidade de vida e bem-estar através da adoção de estilos de vida saudáveis e do aumento da literacia na saúde mental.

A metodologia implementada no projeto, atende à perspetiva ecológica na intervenção comunitária, ou seja, que a comunidade é constituída por um conjunto de sistemas ecológicos, os microssistemas, os mesossistemas e os macrossistemas.

Assim sendo e de uma forma sucinta, o projeto tem como objetivos primordiais os seguintes: 1) envolver as crianças, jovens, adultos e seniores no seu próprio processo de desenvolvimento; 2) envolver a comunidade e parceiros da rede social para uma intervenção integrada no processo de construção de uma comunidade saudável; 3) promover o *empowerment* comunitário; 4) promover a saúde (física e mental); 5) promover o bem-estar e da qualidade de vida; 6) aumentar a literacia em saúde mental; 7) combater o consumo de substâncias psicoativas; 8) fomentar o envelhecimento ativo; 9) combater ao estigma das doenças mentais, entre outros.